



Despacho SEAMS:

☐ Homologo nos termos propostos.

☐ Não homologo.

Observações: _____

Data: _____

Homologo nos termos propostos

Fernando Real da Costa
Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Saúde
19/12/2013

PARECER

Face às conclusões decorrentes da análise, propõe-se que o presente parecer seja submetido, para homologação, ao Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, nos termos da alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

À consideração superior,

RV 2013/10/07

DESPACHO

1. Concordo com o presente parecer.
2. À consideração do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, no que se refere à revisão de objetivos/indicadores do QUAR de 2013 do presente parecer técnico.

Francisco George
9.10.2013
Francisco George
Diretor-Geral da Saúde

PARECER TÉCNICO: SIADAP 1

Proposta de Revisão de Objetivos/Indicadores do QUAR de 2013 da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, emitido pela Direção-Geral da Saúde - Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação (de acordo com Despacho do Ministro da Saúde nº5/2012 de 22 de Março)

A Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) remeteu, à Direção-Geral da Saúde (DGS), uma proposta de revisão de objetivos/indicadores do seu QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) de 2013, com data de entrada de 01-10-2013 (nº 9291), e envio por correio eletrónico a 30-09-2013.

Cumpra assim analisar a proposta de modo a emitir um parecer técnico relativo ao solicitado.

A proposta apresentada recai sobre:

- a) **Objetivo Operacional 2** [Contribuir para a monitorização da redução do peso da despesa em medicamentos no total da despesa em saúde.

A IGAS propõe a redefinição do objetivo Operacional 2 referindo que: *“as opções estratégicas da tutela refletidas não só nas cartas de missão recentemente assinadas, mas igualmente expressas em outras ações prioritárias que não foram incluídas no QUAR, tinham implicado um adiamento do cumprimento deste objetivo (...). Com efeito (...) o OOp2 é redutor relativamente ao expressamente previsto (...) que, embora igualmente direcionado à prevenção e ao combate da fraude e ao desperdício no SNS tem uma muito mais ampla abrangência através da realização de inspeções temáticas não só na área do medicamento, mas também, entre outras, dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica (...) controlo da assiduidade e da produtividade ou o controlo da despesa com o pessoal e desempenho. (...) a redefinição da amplitude deste objetivo no QUAR assume a maior importância, face à necessidade de se conciliar a realização das ações já programadas com o cumprimento dos despachos ministeriais que visam o combate à fraude e ao desperdício também noutras áreas ou domínio, que não se esgotam na monitorização da redução da despesa com o medicamento, (...) pese embora a aparente modificação da natureza do objetivo, a alteração incide sobre o conteúdo, mas alargando os domínios da intervenção (...). A redefinição do objetivo não implicará uma alteração do respetivo indicador, mantendo-se igualmente, as metas e o valor crítico, na medida em que as ações realizadas [identificadas nos valores prévios] (...) enquadram-se no objetivo mais amplo, agora proposto, de prevenir e combater a fraude e o desperdício no SNS, através de ações temáticas ou do follow-up de ações anteriores”.*

Considerando estarem em causa razões políticas e administrativas não previsíveis a justificar a proposta de redefinição do Objetivo Operacional 2 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), concorda-se com o solicitado referindo-se que deve constar no QUAR de 2013 da IGAS após homologação da tutela, o seguinte conteúdo:

→ Objetivo Operacional 2 [Contribuir para o combate à fraude e ao desperdício no SNS através da realização de inspeções temáticas aos ACES e/ou Hospitais];

- Indicador 3 – Nº de unidades inspecionadas;
 - Meta – 25; Tolerância – 0; Valor Crítico – 27; Peso – 100%.

b) **Indicador 10** [N.º de sessões de esclarecimento], do **Objetivo Operacional 8** [Capacitar os serviços para o exercício da ação disciplinar através de ações pedagógicas de esclarecimento ou no âmbito das auditorias disciplinares]

A IGAS propõe a redefinição do indicador 10 referindo que: *“a cessação das funções de um dos chefes de equipa multidisciplinar afeto à área disciplinar, no decurso do 2º semestre de 2013, criou a oportunidade, por ocasião da fixação de novos objetivos individuais, de apostar na melhoria da qualidade das sessões, com maior abrangência, fomentando a partilha de experiências e de informação entre os diversos serviços. Por outro lado, a disponibilidade e qualidade do formador permite a concentração de ações de sensibilização em 3 locais*

distintos e não deixando de capacitar os 23 serviços previstos, mas com uma economia de meios expressiva resultante da redução do número de deslocações e concomitante despesa”.

Considerando estarem em causa razões políticas e administrativas não previsíveis a justificar a proposta de redefinição do indicador 10 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), concorda-se com o solicitado, referindo-se que deve constar no QUAR de 2013 da IGAS, após homologação da tutela, o seguinte conteúdo:

- Objetivo Operacional 8 [Capacitar os serviços para o exercício da ação disciplinar através de ações pedagógicas de esclarecimento ou no âmbito das auditorias disciplinares];
- Indicador 10 – N.º de serviços abrangidos;
 - Meta – 23; Tolerância – 0; Valor Crítico – 25; Peso – 90%;
 - Indicador 11 – % de destinatários que manifestam um grau de satisfação maior de 3 (escala 1 a 5);
 - Meta – 40%; Tolerância – 0; Valor Crítico – 60%; Peso – 10%.

Face à análise, propõe-se o envio do presente parecer para homologação da Tutela da alteração do QUAR 2013 da IGAS, nos termos acima referidos, relativamente à redefinição do Objetivo Operacional 2, assim como a reformulação do Indicador 10 do Objetivo Operacional 8.

A decisão que recair sobre o presente parecer será posteriormente enviada ao dirigente da IGAS.

À consideração superior,

03 de outubro de 2013

Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação